

# Programa busca estimular novas moradias no Centro de Campinas

Projeto Habita Centro recebeu sugestões da população e será enviado à Câmara

A Prefeitura de Campinas realizou nesta segunda-feira, 8 de junho, audiência pública para apresentar e discutir a minuta do projeto de lei do programa Habita Centro, iniciativa que propõe incentivos urbanísticos e fiscais para estimular a construção de novos empreendimentos residenciais, comerciais e de uso misto na região central da cidade.

O encontro foi realizado no Salão Vermelho do Paço Municipal e reuniu representantes do poder público, entidades da sociedade civil, profissionais do setor imobiliário, comerciantes e moradores interessados em contribuir para o aperfeiçoamento da proposta antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal.

Participaram da audiência a secretária municipal de Urbanismo, Carolina Baracat; a secretária municipal de Cultura e Turismo, Alexandra Caprioli; o secretário municipal de Finanças, Aurílio Caiado; o presidente da Cohab Campinas, Arly de Lara Rôme; o secretário adjunto de Habitação, Marcelo Ferreira; além de técnicos das secretarias de Urbanismo, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Habitação, Finanças e Cultura e Turismo envolvidos na construção da proposta.

A abertura da audiência foi conduzida pela secretária mu-



Rogério Capela/Prefeitura de Campinas

**Gestores destacaram: Habita Centro visa estabelecer incentivos urbanísticos e fiscais**

nicipal de Urbanismo, que destacou o trabalho realizado por diferentes áreas da administração municipal na elaboração do projeto.

“Foi um desafio de seis meses de discussões internas para chegarmos a uma proposta capaz de incentivar mais moradias e atividades comerciais no Centro. Tivemos a participação de diversas secretarias e também de entidades da sociedade civil, que contribuíram para a construção desse projeto”, afirmou.

Segundo a secretária, a proposta foi construída com a participação das secretarias de Urbanismo, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Habitação, Finanças e Cultura e Turismo, além de representantes de 17 entidades ligadas ao setor imobiliário, da construção civil e ao desenvolvimento urbano.

## Reocupar o Centro

Durante a audiência, a arquiteta Daniela Zacardi, da Secretaria Municipal de Urbanismo,

apresentou os principais pontos da minuta. Segundo ela, a proposta está estruturada em nove capítulos, que tratam desde os objetivos e diretrizes do programa até incentivos urbanísticos e fiscais, instrumentos de gestão e monitoramento e a delimitação da área de abrangência da futura lei. A arquiteta explicou que o programa será aplicado em um polígono prioritário de intervenção na área central, abrangendo aproximadamente 1.900 lotes. Também poderão aderir ao pro-

grama os imóveis localizados de frente para as vias que delimitam esse perímetro.

A vigência proposta para a legislação é de três anos, com possibilidade de prorrogação por mais três anos, a partir do monitoramento dos resultados obtidos e do interesse do mercado na produção de novas edificações na região central.

Entre os objetivos do Habita Centro estão ampliar a oferta de moradias, aumentar a densidade populacional da região central, incentivar a produção de Habitação de Interesse Social (HIS), estimular empreendimentos de uso misto e promover uma melhor integração das edificações com os espaços públicos. “A intenção é reduzir imóveis não utilizados ou subutilizados e aproveitar melhor toda a infraestrutura já existente na região central”, destacou Daniela. A proposta também busca incentivar a produção de edifícios com maior interação com a cidade, por meio de fachadas ativas, permeabilidade visual, espaços de fruição pública e melhorias voltadas à caminhabilidade. A fachada ativa é uma estratégia de arquitetura e urbanismo onde o pavimento térreo de um edifício se abre diretamente para a calçada, abrigando comércios, serviços ou áreas de convivência.

## Vacina do Butantan contra dengue é suspensa

Paulo Pinto/Agência Brasil

A Secretaria de Saúde de Campinas informa que, em cumprimento à determinação anunciada pelo Ministério da Saúde na tarde desta segunda-feira, dia 8, suspendeu temporariamente a estratégia de vacinação contra a dengue com o imunizante do Instituto Butantan. A medida, de caráter preventivo, segue orientação técnica e ocorre enquanto o Ministério da Saúde, a Anvisa e o Instituto Butantan aprofundam a investigação de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (Esavi).

### Estratégia de vacinação

A estratégia de vacinação contra a dengue com o imunizante teve início em Campinas em 10 de fevereiro de 2026, voltada inicialmente aos trabalhadores da atenção primária à saúde do município. Em 4 de maio, houve ampliação para os seguintes públicos: trabalhadores da saúde que atuam em estabelecimentos públicos e privados; pessoas de

59 anos de idade.

Campinas administrou 3.410 doses da vacina. Foram registradas 448 notificações de Esavi (13,1% das doses aplicadas), nenhuma classificada como grave.

A Secretaria conta com 562 doses da vacina que permanecerão armazenadas conforme protocolo e não serão utilizadas durante o período de investigação.

### Orientação à população já vacinada

A população vacinada continua protegida. No entanto, pessoas imunizadas há até 21 dias devem ficar atentas ao surgimento de febre, dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes, tontura, sangramentos, sonolência intensa, irritabilidade, sinais de desidratação ou piora do estado geral. Caso apresentem qualquer um desses sintomas, devem procurar imediatamente o Centro de Saúde de referência ou o serviço de urgência mais próximo a depender da gravidade.

As equipes de saúde do município estão orientadas para reconhecer sinais de alarme, notificar casos e encaminhar atendimento clínico quando necessário.

A Secretaria de Saúde de Campinas acompanha as investigações em curso e comunicará novos desdobramentos assim que houver atualização por parte das autoridades.

### Vacinação da dengue para jovens continua

É importante destacar que a suspensão se aplica exclusivamente ao imunizante do Instituto Butantan. A vacina contra dengue disponível nos Centros de Saúde para a população de 10 a 14 anos, produzida por outro laboratório, não é afetada pela determinação do Ministério da Saúde e segue disponível normalmente. As famílias que precisam vacinar seus filhos nessa faixa etária devem procurar uma unidade de saúde com documento com foto e caderneta de vacinação (se tiver).



Vacinação contra a dengue é suspensa temporariamente